

Medida Provisória 1.163, de 2023

Reduz alíquotas de contribuições incidentes sobre operações realizadas com gasolina, álcool, gás natural veicular e querosene de aviação.

EMENDA MODIFICATIVA

Art. 1º Alterar o caput do artigo 4º da Medida Provisória nº 1.163/2023:

“Art. 4º Até 30 de junho de 2023, as alíquotas da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins incidentes sobre as operações realizadas com álcool, inclusive para fins carburantes, serão aquelas dispostas neste artigo, ficando resguardado aos contribuintes o direito de compensar os créditos das contribuições com outros tributos administrados pela Receita Federal do Brasil.

.....”

JUSTIFICATIVA

No texto original do parágrafo único do art. 4º da Medida Provisória se dispõe que “às pessoas jurídicas atuantes na cadeia econômica dos produtos de que trata o caput” se aplica “a autorização de que trata o art. 17 da Lei nº 11.033, de 2004”, no qual se dispõe basicamente sobre a manutenção de créditos de PIS e COFINS nos casos em que as vendas são “efetuadas com suspensão, isenção, alíquota 0 (zero) ou não incidência” das contribuições.

Cabe mencionar que o art. 16 da Lei 11.116/05 dispõe que o “saldo credor da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins [...] acumulado ao final de cada trimestre do ano-calendário em virtude do disposto no art. 17 da Lei nº 11.033, de 21 de dezembro de 2004, poderá ser objeto de compensação com débitos próprios, vencidos ou vincendos, relativos a tributos e contribuições administrados pela Secretaria da Receita Federal, observada a legislação específica aplicável à matéria” (inciso I).

Embora seja possível, a partir do texto original, chegar à conclusão de que há autorização para compensação com débitos de outros tributos administrados pela Receita Federal, fato é que a multiplicidade de remissões dificulta a interpretação legislativa. Ademais, a Receita Federal possui Instrução Normativa, fundada no texto literal do art. 17 da Lei nº 11.033/04, que restringe o direito à compensação para créditos acumulados em decorrência de “vendas efetuadas com suspensão, isenção, alíquota 0 (zero) ou não incidência” (art. 49, II, da IN RFB 2.055/21), o que poderá gerar a expedição de múltiplos



CD/23967.18099-00



* C D 2 3 9 6 7 1 8 0 9 9 0 0 *



despachos decisórios não homologando as compensações declaradas pelos contribuintes com base no dispositivo.

De mais a mais, a limitação à compensação importaria aos produtores – e, por consequência, aos consumidores - efeitos muito mais maléficos do que aqueles relacionados ao mero aumento das alíquotas, posto que os tributos pagos pelos insumos nas cadeias anteriores seriam transformados em créditos escriturais e acumulados indeterminadamente pelos produtores, gerando evidente - e indesejada - cumulatividade tributária, bem como repasse dos econômico dos custos fiscais dela decorrentes ao consumidor final.

Nesse contexto, visando a deixar a norma mais clara e, ao mesmo tempo, não distorcer as intenções do texto inicial, propõe-se a alteração referida, a fim de assegurar expressamente o direito à compensação dos créditos acumulados pelos contribuintes submetidos às reduções de alíquotas dispostas no art. 4º com outros tributos administrados pela Receita Federal do Brasil.

Esta emenda é resultado de contribuições e sugestões oferecidas pelas Entidades que representam o setor Sucroenergético.

Sala das Comissões, de março de 2023.

Deputado Arnaldo Jardim
CIDADANIA/SP

